

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0007096-71.2010.8.26.0566/01**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Exequiente: **Ederson Aguiar e Silva e outros**
 Executado: **Unicep Centro Universitario Paulista**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

Precipitaram-se os credores, ao inserirem na cobrança a multa de 10% prevista no artigo 475-J do Código de Processo Civil, a qual, por evidente, seria devida apenas após o prazo legal de quinze dias para cumprimento voluntário da obrigação pecuniária, contado após a intimação, não antes.

Os credores reconheceram o erro cometido, tanto que concordaram com o cálculo apresentado pela devedora.

Destarte, acolho a impugnação e reduzo o valor da execução para R\$ 172.678,71.

Considerando que não houve objeção dos credores quanto ao cálculo apresentado pela devedora, afasto a hipótese de atribuir aos credores responsabilidade por honorários advocatícios.

Ademais, a intimação à ré foi expressa, para cumprir a sentença nos termos do artigo 475-J do CPC. Note-se a intimação: *Fica o devedor devidamente intimado para no prazo de 15 dias pagar o débito no valor de R\$ 189.829,20 sob pena de ser aplicada multa de 10% do valor do débito* (fls. 658). Estava claro que a multa somente incidiria se descumprido o pagamento. Destarte, não havia motivo para a ré duvidar do valor efetivamente devido.

À vista do pagamento, e nos termos do artigo 794, inciso I do CPC, julgo extinto este processo.

Defiro aos credores o levantamento da quantia depositada a fls. 669. Expeça-se guia.

P.R.I.C., arquivando-se oportunamente.

São Carlos, 03 de setembro de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França
 Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**